

**Senhor Secretário de Estado do Orçamento**

**Senhores Convidados**

**Colegas da CNC**

Quero começar por agradecer a presença do Senhor Secretário de Estado do Orçamento nesta sessão de apresentação do **Portal do SNC-AP** às entidades piloto.

De igual forma quero agradecer à ESPAP, na pessoa do seu Presidente, Dr. Jaime Quesado, o apoio técnico que dispensou à CNC na elaboração do Portal e na disponibilização de toda a logística para se poder efetuar esta reunião.

Quero, igualmente, agradecer aos representantes de entidades piloto que aceitaram participar nesta reunião e manifestar a disponibilidade da CNC para os acompanhar e apoiar neste grande desafio que consiste em introduzir uma profunda modernização da normalização contabilística a adotar pelas Administrações Públicas.

De uma forma breve começaria por relembrar o seguinte:

- A primeira etapa deste processo iniciou-se em 2012 com a transferência para a CNC das atribuições e competências da anterior Comissão de Normalização Contabilística da Administração Pública (CNCAP) que culminou com a aprovação de um novo regime jurídico da CNC.
- Uma segunda etapa foi iniciada no segundo semestre de 2013 e concluída em junho de 2015 com a definição do modelo contabilístico a adotar e que, como sabem, foi construído pela CNC com base nas IPSAS com as necessárias adaptações à realidade nacional.
- A terceira etapa foi iniciada com a publicação, em 11 de setembro de 2015, da nova Lei de Enquadramento Orçamental e do Decreto-Lei que aprova o SNC-AP. Na verdade com a aprovação destes dois importantes diplomas a reforma da Contabilidade Pública é legalmente reconhecida, criando-se um alargado consenso que importa registar.

Presentemente estão em fase de apreciação pelo Governo dois instrumentos complementares que estavam previstos no diploma que aprovou o SNC-AP:

- Uma proposta de Regime Simplificado a aplicar a entidades de menor dimensão e risco orçamental;
- Uma proposta de Notas de Enquadramento ao Plano de Contas Multidimensional com detalhes sobre a natureza e movimentação de contas.

Por outro lado, está em curso a preparação pela CNC do Manual de Implementação, que se espera submeter ao Governo, para homologação, até ao final do mês de junho.

O sucesso desta reforma depende em grande medida do apoio do Governo e do Parlamento e exige uma administração pública com competências acrescidas em contabilidade, informática e gestão.

Se por um lado se reconhece que é importante fazer uma aposta na formação técnica, é também essencial não criar a ilusão de que os problemas se resolvem totalmente mediante a formação e o recrutamento de técnicos, ainda que qualificados.

A nosso ver o desafio é muito maior e o que está em causa não é, apenas, a implementação de um novo sistema contabilístico, mas também, a reforma de métodos e processos de gestão.

É unânime que a existência de **normas harmonizadas** aumenta a **transparência**, a **comparabilidade**, a **fiabilidade da informação financeira**, e constitui uma boa base para uma melhor **governança**.

Restabelecer ou reforçar a **confiança** na Administração Pública pressupõe **Contas Públicas credíveis** preparadas com base em princípios contabilísticos adequados e demonstrações financeiras que proporcionem uma base sólida para **avaliar o desempenho das entidades públicas**.

Esta reforma é, de facto, um grande desafio em que, por dever de cidadania, todos temos de participar.

Estou profundamente convencido de que o papel das entidades piloto é crucial, ao ponto de o seu sucesso poder ter um impacto relevante que, por contágio, se transmite às restantes entidades que em 1 de janeiro de 2017 terão de adotar a nova metodologia.

Na implementação do novo SNC-AP importa ter uma atitude positiva, ser otimista, acreditar na solução proposta, não complicar o que é simples e, sobretudo, ser capaz de simplificar o que for mais complexo.

É, ainda, minha convicção que fazer a reforma numa perspetiva estritamente contabilística não justificaria o custo e o risco da mudança. A reforma só se justifica se for feita numa perspetiva mais ampla e integrada.

Temos de ser capazes de conquistar o apoio dos dirigentes das Administrações Públicas, evidenciando a utilidade da informação financeira na melhoria da governação, no reforço do controlo, na avaliação do desempenho e no contributo para uma maior credibilidade das Administrações Públicas e dos seus agentes.

Por tudo o que acabo de referir sou levado a concluir que na implementação do SNC-AP não há lugar para o insucesso.

Não vai ser fácil, mas a experiência adquirida com o POCP e com os POC'S sectoriais, aliada à grande motivação existente e ao elevado padrão de profissionalismo vão ajudar-nos a alcançar os objetivos.

Pela parte da CNC tudo faremos para minimizar os problemas que as entidades terão de enfrentar, procurando dispensar-lhes o nosso melhor apoio e colaboração.

Contamos com o especial apoio do Gabinete Técnico, a constituir, para dar apoio às entidades piloto nas respostas às consultas, uma vez que a CNC não dispõe de quadro de pessoal, contando apenas com a participação ativa dos membros do CNCP.

Neste processo de mudança (que naturalmente demorará alguns anos), para além dos desafios de natureza técnica que se colocarão na implementação, outros existirão ao nível da gestão da mudança para que o sucesso do projeto seja garantido.

Provavelmente, no curto prazo, ainda não teremos disponível um conjunto completo de demonstrações financeiras que mostrem de forma verdadeira e apropriada a situação financeira e o desempenho financeiro de todas as entidades públicas. A primeira adoção e implementação não serão uma tarefa simples e encontraremos alguns obstáculos e cometeremos alguns erros pelo caminho.

Mas o que interessa verdadeiramente neste processo de mudança não são as dificuldades ou barreiras (que nós sabemos que existem) ou o período de implementação (que sabemos vai ser longo).

O que interessa é a vontade de mudar para um sistema cuja informação seja quantitativamente mais completa e abrangente e qualitativamente mais credível e útil, na base da qual todos os que tenham responsabilidades pela gestão apropriada dos dinheiros públicos possam tomar melhores decisões.

É este o desafio em que todos estamos envolvidos e que temos de concluir com sucesso.

Muito obrigado

António Gonçalves Monteiro

Presidente da Comissão de Normalização Contabilística

18/5/2016